

América Latina e a Federação Democrática internacional de Mulheres: o maternalismo político como estratégia na Guerra Fria (1945-1957)

Latin America and the International Democratic Federation of Women: political maternalism as a strategy in the Cold War (1945-1957)

GUILHERME MACHADO NUNES¹

Resumo

Este artigo analisa as relações entre mulheres da América Latina e da Federação Democrática internacional de Mulheres (FDIM) desde sua fundação (1945) até 1957, quando ela organizou um seminário chamado *Study Days* (Dias de Estudo). A FDIM tinha como bandeiras principais o antifascismo, a defesa da paz, os direitos das mulheres trabalhadoras e a defesa da maternidade. Foi justamente neste último ponto que as mulheres de América Latina ganharam destaque na organização. Se por um lado é possível pensar os discursos então formulados como consolidadores de uma maternidade “natural”, nosso objetivo é pensar o maternalismo como uma estratégia que permitiu que essas mulheres pleiteassem direitos sociais em seus respectivos países, além de prestígio internacional junto à Federação.

Palavras-chave: Maternalismo; Guerra Fria; América Latina.

Abstract

This paper analyzes the relations between women from Latin America and the Women's International Democratic Federation (WIDF) from its foundation (1945) to 1957, when it held a seminar called *Study Days*. The WIDF's main flags were anti-fascism, the defense of peace, the rights of working women and the defense of motherhood. It was precisely on this last point that Latin American women have gained prominence in the organization. If, on the one hand, it is possible to think of the discourses as consolidators of a "natural" motherhood, our goal is to think maternalism as a strategy that allowed them to claim social rights in their respective countries and gain international prestige within the Federation.

Keywords: Maternalism; Cold War; Latin America.

¹ Université de Genève (UNIGE) – Genebra, Suíça guilherme.mnunes@gmail.com

A Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), fundada em novembro de 1945 em Paris, pode ser definida como sendo uma “organização internacional de mulheres progressista, de esquerda, com ênfase na paz, no antifascismo (ênfasisado até os 1950’s), direitos das mulheres, anticolonialismo e antirracismo”, segundo Francisca de Haan (2013, p. 179).² A Federação estava presente em quase todos os continentes desde sua fundação, mas sua presença na América Latina cresceu bastante ao longo dos anos 1950 – assim como também cresceu a participação das mulheres do subcontinente nos órgãos e publicações oficiais da FDIM.

Os anos 1950 são importantes em termos de definições de bandeiras e propagandas da FDIM: a ênfase no antifascismo começa a mudar, diluindo-se em bandeiras como a defesa da maternidade, os direitos das crianças e a defesa da paz – assuntos como o anti-imperialismo, por exemplo, aparecem vinculados a discursos que destacam as mulheres como mães preocupadas com seus filhos. Em outras palavras, a FDIM começou a fazer da maternidade um instrumento político para “abogar por los derechos políticos y socioeconómicos de las madres [...], que apelaban al rol tradicional de la mujer a la vez que pretendían ampliarlo mediante su participación en la política”, segundo Sandra McGee Deutsch (2017 p. 265). A essa estratégia pode dar-se o nome de *maternalismo* ou “maternidade militante”, como disse Jaswiga Mooney (2007, p. 975).

O presente artigo busca justamente pensar como o maternalismo político, adotado consciente ou inconscientemente, proporcionou uma maior participação das mulheres da América Latina na FDIM. Essas mulheres trouxeram consigo diversas experiências de mobilização e legislação referentes aos direitos femininos, especialmente aqueles relacionados às mães trabalhadoras. Dentro do subcontinente, se destacavam Argentina e Cuba, que participaram de todos os quatro primeiros congressos da FDIM: 1945, em Paris; 1948, em Budapeste; 1953, em Copenhague; e 1958, e Viena; e Brasil, Chile, México e Uruguai, que participaram de três – todos faltaram ao congresso de 1948 (De Haan, 2017, p. 19). Além disso, seus relatos e aparições na documentação da FDIM são mais frequentes se comparados aos seus vizinhos, o que corrobora a maior participação desses países.

Pensar os usos políticos da maternidade por mulheres de esquerda na América Latina é algo que aparece em quase todos os artigos da obra *Queridas Camadaras* (Valobra, Yusto, 2017), referencia fundamental para este trabalho, mas o que pretendemos aqui é comparar esses estudos, baseados principalmente em documentações locais e nacionais, com documentos da própria FDIM para compreender se e como a Federação reconheceu estas mulheres como interlocutoras importantes para discutir temas relacionados à maternidade. O corpus documental inclui fundamentalmente os boletins de informação (recorrentes e especiais) da Federação com relatos acerca das atividades dessas mulheres e suas organizações locais, e a escolha por essa documentação – ainda pouco explorada para pesquisas que enforcem a América Latina – tem duas motivações principais: compreender como as mulheres de esquerda da América Latina se apresentavam para suas

² Tradução minha. No original: “WIDF is a progressive, leftfeminist international women’s organization, with an emphasis on peace, anti-fascism (emphasized until the mid-1950s), women’s rights, children’s rights, anti-colonialism, and anti-racism.”

correligionárias e identificar o crescimento quantitativo e qualitativo dessas mulheres na publicação e, conseqüentemente, na organização.

Para tanto, o artigo se divide em três partes: em um primeiro momento, será feita uma breve retrospectiva da Federação até 1953, quando a América Latina começou a indicar vice-presidentas; a seguir, se analisará a crescente participação da região na FDIM, seus relatos acerca de atividades vinculadas à maternidade e à defesa das crianças; por fim, abordaremos o encontro da FDIM em 1957 chamado Dias de Estudos (*Study Days*), onde se discutiu por uma semana ações concretas acerca dos direitos relativos à maternidade, o que encerra o nosso recorte.

A HISTORIOGRAFIA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DA AMÉRICA LATINA

Depois do final da Segunda Guerra Mundial, mulheres comprometidas com a luta contra nazifascismo e geralmente simpáticas à União Soviética fundaram a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), no mesmo ano de 1945, em Paris. Por alguns anos, a historiografia, muito influenciada pelos paradigmas da Guerra Fria, tratou a FDIM como uma espécie de organização “satélite” ou mesmo “marionete” dos interesses do Kremlin (De Haan, 2010).

No entanto, na última década um grande número de trabalhos vem tratando a Federação e o próprio movimento de mulheres de período de outras maneiras. Celia Donert (2013, p. 179), por exemplo, aponta como os anos 1940 e 1960, constantemente pensados como uma era “de apatia política feminina entre as ondas”, na verdade foi uma época “rica em intercâmbios transnacionais entre mulheres ativistas que fizeram contribuições cruciais à forma e ao conteúdo dos direitos internacionais das mulheres”,³ sendo a FDIM a principal organização que possibilitou estas trocas e circulações entre mulheres do Terceiro Mundo. No mesmo sentido, Francisca de Haan (2017, p. 19) pensa a Federação como

una “organización paraguas” a escala internacional, con organizaciones afiliadas en todo el mundo, y activa en Naciones Unidas, donde jugó un papel significativo en la lucha por mejorar los derechos de la mujer a nivel mundial (y con apoyo de la Unión Soviética). Las militantes de la FDIM tenían una visión feminista e internacionalista de izquierdas y crearon modelos de solidaridad internacional entre mujeres de distintas partes del planeta.

Diferentemente de organizações como a Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade (LIMPL), ainda muito vinculadas, identificadas e dirigidas por mulheres da Europa Ocidental e dos Estados Unidos (Stienstra, 1994, pp. 64-67), a FDIM tinha filiadas

³ Tradução minha. No original: “[...] this period, often characterized in feminist historiography as an era of female political apathy ‘between the waves’ of first- and second-generation feminism, was actually rich in transnational exchanges between women activists who made crucial contributions to the form and content of international women’s rights [...]”

Ghilerme Machado Nunes: “América Latina e a Federação Democrática internacional de Mulheres: o maternalismo político como estratégia na Guerra Fria (1945-1957” *Antagónica. Revista de investigación y crítica social*, no. 6, 2022, pp. 69-89.

e delegadas em muitos países desde sua criação. Segundo Francisca De Haan (2012, p. 19), o primeiro congresso da FDIM teve 850 delegadas de 40 países; o segundo teve 390 delegadas de 51 países; o terceiro, 613 delegadas de 67 países (e mais de mil convidados/as e observadores/as que compareceram); e seu quarto congresso, delegadas de 55 países. Desde muito cedo a FDIM fez do anticolonialismo e do anti-imperialismo pautas importantes, com ênfase nas campanhas contra as guerras da Indochina e da Coreia. Assim, suas relações com o Terceiro Mundo se desenvolveram desde sua fundação e continuaram crescendo ao longo dos anos 1950 e 1960 (Bonfiglioli, 2016; Gradskova, 2019).

Em relação à América Latina, os contatos se produziram de maneira efetiva desde o Congresso Fundacional da Federação, quando a região enviou vinte e seis organizações avindas de Argentina, Brasil, Chile, Cuba e Uruguai – não parece acaso que, junto do México, estas tenham sido as sessões nacionais mais atuantes nos anos seguintes. Além disso,

doce mujeres contaban con voto deliberativo. En Argentina: Ana Rosa S. de Martínez Guerrero y Cora Ratto; Chile: Irma Salas y Margot Duhalde; Cuba: Dolores Soldevila, Nila Ortega, Herminia Portal, Ullavica Manas, Mercedes Alemán; Uruguay: Moria Orticochea, Dra. Blanca Labrucherie y Julia Arévalo (De Haan, 2017, p. 28).⁴

Esse congresso concedeu a Argentina, Chile, Cuba e Uruguai cargos representativos no Conselho da FDIM, e a Argentina também obteve um cargo no Comitê Executivo, estabelecendo “de inmediato en la organización la presencia latinoamericana, la cual se iría incrementando con el tiempo” (De Haan, 2017, p. 28-29). Segundo os relatos da CIA, a América Latina teve o maior crescimento proporcional de sessões em todo o mundo entre os anos de 1945 e 1956 (Chicharo, 2022, p. 78).

Paralelamente, um congresso organizado pela sessão estadunidense da LIMPL também se constituiu em um momento fundamental para que as diversas experiências de agrupamentos e organizações de mulheres latino-americanas se contactassem de maneira mais formal e institucional no Pós-Guerra. Em agosto de 1947, na Guatemala, ocorreu o Primeiro Congresso Interamericano de Mulheres, e neste processo se formaram ou consolidaram várias organizações de mulheres no subcontinente. E muitas se somaram à FDIM ao invés da LIMPL.

A delegação mexicana, por exemplo, formada pelo Bloco Nacional de Mulheres Revolucionárias (BNMR), organização próxima do Partido Comunista, “estabeleceu relações com a Secretária-Geral da FDIM, Marie-Claude Vaillant-Couturier” (Solano, 2017, p. 165), e muitas delegadas guatemaltecas que eram sindicalistas formaram, depois

⁴ Julia Arévalo foi uma importante líder comunista no Uruguai, e desde 1942 atuava na Câmara dos Representantes. Em 1946 foi eleita para Senado. Para mais informações sobre as organizações femininas desses países e suas respectivas lideranças, ver os diversos capítulos de *Queridas Camaradas* (Valorba y Yusto, 2017).

do congresso, a Aliança Feminina Guatemalteca (AFG), também vinculada à FDIM (Kepfer, 2017, p. 181). Praticamente todas as sessões nacionais mais atuantes da Federação na América Latina datam de 1947 e 1948, ainda que evidentemente cada país tenha suas peculiaridades e seus movimentos de mulheres prévios que ajudaram a formar esses tipos de organizações do pós-45 (Cf. Lavrin, 2005; Alves, 2019; Molony; Nelson, 2017).

Se o ano de 1947 colocou muitas destas mulheres e suas organizações em contato por meio do Primeiro Congresso Interamericano de Mulheres, promovido pela LIMPL, o ano de 1948 marcou o primeiro grande papel de destaque das mulheres da América Latina em um congresso da FDIM. Em seu segundo congresso, realizado em Budapeste, pela primeira vez se realizou um grande discurso acerca do subcontinente. A tarefa coube à dirigente argentina Fanny Edelman, que destacou a luta pela paz em seu país e “criticó la represión política de Paraguay y Chile, haciendo mención a las ‘mulheres valientes’ de estos países”.⁵ A Edelman seguiram a venezuelana Olga Luzardo e a cubana Edith García Buchaca, que denunciaram as políticas imperialistas dos Estados Unidos na América Latina (De Haan, 2017, p. 30-31). O Brasil não esteve presente, mas enviou um informe acerca de seu “regime patriarcal” assinado por Nair Battista, presidenta do Comitê Brasileiro de Mulheres pela Democracia.

Mas é no ano de 1953 que parece haver uma nova etapa no processo de consolidação na relação entre FDIM e as organizações de mulheres de América Latina: 18 países participam do terceiro congresso da Federação, em Copenhague. Ainda, o número de vice-presidentas da entidade subiu de quatro para dez, com um assento reservado ao Brasil (De Haan, 2012, p. 13).⁶ Nesse mesmo congresso se convocou a Primeira Conferencia de Mulheres Latino-Americanas, a ser realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1954, o que marcaria uma nova fase de trocas culturais e políticas entre as mulheres latinas e suas correligionárias da Federação. É desta nova fase que trataremos a seguir.

MATERNIDADE, AMÉRICA LATINA E A FDIM

Em meados dos anos 1950, a FDIM começava a mudar seus discursos principais. A retórica anti-imperialista e, sobretudo, antifascista, deixavam de ter centralidade em seus congressos, seminários e materiais de propaganda, e cada vez mais a figura da mãe, especialmente a mãe trabalhadora, vai se tornando fundamental para a Federação. Nesse contexto, as intervenções de mulheres da América Latina ficaram cada vez mais frequentes e quase sempre vinculadas às questões da maternidade e dos direitos das crianças.

Para interpretar o fenômeno é importante pensar o contexto da Guerra Fria e seus impactos na região. Estudos recentes têm demonstrado que, muito mais do que “zona de influência” dos interesses estadunidenses, o subcontinente precisa ser pensado e analisado como parte

⁵ Fanny Edelman era militante e dirigente comunista, com experiência nas Brigadas Internacionais durante a Guerra Civil Espanhola. Ver Monney (2013).

⁶ É importante notar que entre as novas presidentas havia mulheres da China, Egito e Nigéria, além de assentos reservados para representantes da Índia, Japão, Estados Unidos e o já mencionado Brasil (De Haan, 2012, p. 13), o que corrobora o caráter não-eurocêntrico da FDIM.

do Terceiro Mundo – ou “Sul Global” (Field; Krepp; Pettinà, 2020). Se em um primeiro momento boa parte da região tentou manter certa neutralidade diante da ordem bipolar que se edificava, ao longo dos anos 1950 e 1960 emergiram uma série de iniciativas e organizações políticas anti-imperialistas que integraram os movimentos dos países Não-Alinhados ou, no limite, aderiram ao bloco socialista. Ao mesmo tempo, claro, as elites locais buscaram ativamente o alinhamento aos Estados Unidos, e a força do catolicismo na região foi fundamental na tentativa de criação de consensos (Cordeiro, 2017).

Assim, os esforços da FDIM para alargar suas bases na América Latina e no Terceiro Mundo como um todo buscavam rechaçar as etiquetas ocidentais de “anti-família”, que regularmente eram utilizadas para descrever o movimento comunista ou próximos dele. Segundo Jadwiga Mooney (2013, p. 222), “El discurso movilizador de la FDIM apelaba a la maternidad universal y podía unificar a las mujeres por encima de [las categorías de] raza, clase, filiación política, y divisiones nacionales”. Se por um lado é possível pensar os discursos que enalteciam a maternidade como essencializadores de uma função biológica da mulher, pensá-los como parte de uma estratégia política – ou pensar as “mães” como uma “categoria política” (De Haan, 2017, p. 25) – nos ajuda a compreender melhor como estas mulheres foram capazes de viajar por todo o mundo e garantir uma série de direitos políticos e sociais ao longo dos anos 1950. Ainda de acordo com Mooney (2013, pp. 222-223),

La Federación retó el concepto de maternidad que ligaba las responsabilidades de las mujeres a una exclusiva “esfera femenina” en la casa o en las actividades domésticas. Las mujeres, como madres, estaban ahora envueltas en relaciones internacionales, la construcción de redes globales de trabajo y de un nuevo lenguaje y práctica de los derechos de las mujeres.

74

É importante ter em conta, como recorda Manzano (2014, p. 6), que em 1949 o Vaticano emitiu uma advertência ecumênica aos católicos, afirmando que “aqueles que de alguma maneira favorecessem ‘doutrinas materialistas anti-cristiãs seriam *ipso facto* apóstatas e incorreriam em excomunhão”.⁷ Sendo o catolicismo uma força muito importante na América Latina, as mulheres comunistas – ou simpáticas ao comunismo – não teriam como fazer uma ruptura radical com os discursos que enalteciam a família se quisessem ampliar as bases de suas organizações. Ao estudar o periódico *Momento Feminino*, publicação brasileira do movimento de mulheres progressistas e/ou comunistas da época, Iracélli Alves (2022, p. 8-9) demonstrou como, apesar de tensionar um pouco os padrões da época, o periódico exaltava o papel da mulher no lar e fazia uso de discursos que valorizavam a maternidade, mas isso não impediu que a publicação sofresse uma forte perseguição política.

⁷ Tradução minha. No original: “[...] those in any way favouring ‘materialist, antichristian doctrines were ipso facto apostates and incurred excommunication’.”

Adriana Valobra (2005, p. 81), estudando a União de Mulheres da Argentina (UMA), sintetizou o que ocorria simultaneamente em todas as organizações de mulheres progressistas na América Latina naquele momento:

La madre como figura universal permitió reforzar los vínculos solidarios contribuyendo a crear un nosotras colectivo. De este modo se alcanzaba una implicación individual en la UMA propiciada por las redes de reclutamiento y los elementos simbólicos ya activados que jugaban no reconocimiento del valor de los incentivos para la participación.

Em um contexto profundamente marcado pela Guerra Fria e a consequente defesa de valores políticos e culturais tidos como ocidentais, “lo privado y lo personal se transforman en el eje de situaciones y enfrentamientos públicos” (Valobra, 2005, p. 80), o que parecia garantir alguns pontos de atuação em comum entre mulheres comunistas e não-comunistas, e isso parece ter impactado a situação do subcontinente junto à FDIM.

Assim, depois do Congresso da FDIM de 1953, quando 18 países da região participaram ativamente, os informes latino-americanos se tornaram mais e mais frequentes. Logo quando começaram a circular boletins especiais em 1953, a quarta edição do informe continha um longo relato das mulheres argentinas onde é possível observar uma série de referências à maternidade. Em seu informe, a UMA destacava que desde seu regresso, suas delegadas trabalhavam “entusiasticamente” para divulgar as resoluções do Congresso de Copenhague – onde foi emitida a Declaração dos Direitos Universais das Mulheres – e alargar sua organização, que tinha sessões em Santa Fe, Córdoba, Mendoza, Santiago del Estero, Tucumán, Salta, Jujuy, Chaco e, claro, Buenos Aires. É importante perceber que no informe destaca-se a fala da trabalhadora Luisa Balbuena acerca de sua viagem à União Soviética. Balbuena é enaltecida como mãe de 12 filhos – e mesmo assim conseguia se dedicar à UMA e a compromissos internacionais.⁸

O informe destacava também a realização de um congresso em setembro daquele ano, onde Margarita de Ponce, presidenta da UMA, e Irma Othar, trabalhadora de embalagens, relataram sua viagem à Copenhague e à União Soviética. Mas talvez o mais interessante seja o relato sobre um “Projeto de reforma à Lei de Maternidade apresentado à Câmara de Deputados pela Confederação Geral do Trabalho, liderada por não-progressistas, que propõe deduzir 1% do salário mensal de todos os trabalhadores, homens e mulheres”. Ponce alertava que essa medida “não refletia o sentimento das trabalhadoras” e que as propostas que melhor as representava estavam no programa da UMA: “nenhuma contribuição das trabalhadoras; instalação de creches e jardins de infância em todas as

⁸ Women’s International Democratic Federation. Special Information Bulletin, No. 4, Berlin, 19/10/1953, p. 7. Todos os excertos retirados dos boletins estão em inglês e foram traduzidos por mim. Infelizmente, por questão de espaço, não será possível colocar os originais no rodapé.

empresas; extensão dos benefícios permitidos por lei a todas as mulheres trabalhadoras e um subsídio de maternidade para as esposas dos trabalhadores.”⁹

A última proposta é a que mais evidencia como a maternidade se imbricava com a luta por direitos políticos e sociais: se a sociedade as empurrava para a maternidade e o mundo do trabalho as empurrava para o lar, um subsídio maternidade começou a circular como uma ideia importante para as mulheres trabalhadoras. Assim, não causa nenhuma surpresa que as participantes do congresso argentino tenham aprovado por unanimidade o projeto da UMA para reformar a Lei de Maternidade.

No final de 1953 os relatos latino-americanos reforçavam os discursos relativos à maternidade e apresentavam uma dinâmica de circulação e solidariedade continental, o que constitui um bom exemplo de história transnacional, tal qual aquela postulada por Akira Iriye (2004, p. 213): “um estudo de movimentos e forças que cortam as fronteiras nacionais”.¹⁰ Em outubro, por exemplo, a União de mulheres do Uruguai (UMU) organizou uma conferência de amas de casa, onde se protestou contra os altos custos de vida e se vendeu leite a preços reduzidos. O informe uruguaio celebrava a participação de 7 comitês de paz e 15 sindicatos, junto à Comissão de Ajuda de mulheres para o Povo do Paraguai e do periódico *Nosotras* (Argentina).¹¹ Assim como suas correligionárias argentinas, a UMU se preparava para uma Conferência de mulheres trabalhadoras que também discutiria uma reforma nas leis existentes, propondo aposentadoria para mulheres depois de 25 anos trabalhados sem idade mínima e “leis de proteção à maternidade”.¹²

Solidariedade com o Paraguai também apareceu no informe chileno, segundo o qual descobrimos que Dalila Soler havia sido expulsa de seu país por ter comparecido no Congresso da FDIM na Dinamarca. As mulheres chilenas enviaram cartas aos presidentes da República e da Câmara paraguaios, e também para o Senado chileno, e enviaram uma delegação para encontrar o Embaixador paraguaio no Chile. Nessa delegação estavam Mireya Lafuente, presidenta da Aliança de Intelectuais, Teresa Navarrete, presidenta da Federação da Saúde, Aida Carreno, presidenta da Associação Cultural de mulheres, Olga Ortubia, presidenta da União de mulheres de Chile, Raquel Lazo, conselheira municipal de Providencia, Ana Ugalde, membro da Comissão de mulheres do Partido Radical, Ernestina Herrera, del Partido do Trabalho, etc.¹³ Em dezembro, as mulheres chilenas organizaram uma Conferência Nacional de mulheres de cinco dias em Santiago com a presença de 129 delegadas, momento em que criaram novas comissões, com destaque para

⁹ Women’s International Democratic Federation. Special Information Bulletin, No. 4, Berlin, 19/10/1953, p. 8.

¹⁰ Tradução minha. No original: “[...] the study of movements and forces that cut across national boundaries”.

¹¹ Women’s International Democratic Federation. Special Information Bulletin, No. 6, Berlin, 1/12/1953, p. 7.

¹² Women’s International Democratic Federation. Special Information Bulletin, No. 6, Berlin, 1/12/1953, p. 7.

¹³ o relato termina com “etc.”. sobre o mencionado Partido del Trabajo, *Labor Party*, no relato original em inglês, não fica claro se fazem referência ao Partido Laborista o ao Partido Agrário Laborista. Women’s International Democratic Federation. Special Information Bulletin, No. 6, Berlin, 1/12/1953, p. 8.

Ghilerme Machado Nunes: “América Latina e a Federação Democrática internacional de Mulheres: o maternalismo político como estratégia na Guerra Fria (1945-1957” *Antagónica. Revista de investigación y crítica social*, no. 6, 2022, pp. 69-89.

a Comissão de Crianças, Comissão de Problemas acerca das mulheres trabalhadoras em Fábricas e Campesinas, e um centro de consulta jurídica organizado por mulheres advogadas.¹⁴

Mulheres de quase todos os países da América Latina escreviam sobre suas atividades e congressos, sempre enfatizando as lutas contra a carestia de vida e a defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras e mães. Acerca desses relatos, é importante que apontemos que, mais que acreditá-los pura e simplesmente, o que interessa é observar como as atividades e as propagandas vindas da América Latina estavam em sintonia com as diretrizes da FDIM.

É possível perceber nesses informes que muitos países se organizaram para o Primeiro Congresso de mulheres de América Latina, no Rio de Janeiro, Brasil, que ocorreria em 1954 conforme sugerido pela FDIM em seu Congresso de 1953. Essa atividade foi fundamental para a consolidação da Federação no subcontinente – e do subcontinente na Federação. Quando pensamos na formação desta rede e na circulação dessas mulheres é possível identificar o que Pieper Mooney (2013, p. 222) sugeriu acerca da maternidade militante. Se por um lado a consolidação dos papéis tradicionais de gênero pode ter sido um dos efeitos dessa estratégia,

Al mismo tiempo, podemos mostrar que la Federación expandió el rango de las responsabilidades de las madres de una supuesta acción limitada a la esfera doméstica hasta la de las políticas internacionales.

[...]

La Federación retó el concepto de maternidad que ligaba las responsabilidades de las mujeres a una exclusiva “esfera femenina” en la casa o en las actividades domésticas. Las mujeres, como madres, estaban ahora envueltas en relaciones internacionales, la construcción de redes globales de trabajo y de un nuevo lenguaje y práctica de los derechos de las mujeres.

As mulheres cubanas, por exemplo, organizadas em torno da Federação Democrática de Mulheres Cubanas (FDMC)¹⁵, ao mesmo tempo em que se preparavam para o Congresso no Brasil, iniciavam cursos de corte, costura e idiomas estrangeiros, alegando que “estes cursos introduzem muitas novas amigas que a muitas vezes se interessam em participar nas tarefas da Federação”. No mesmo informe recordam que, sob Fulgencio Batista, reuniões com mais de cem pessoas são proibidas em Cuba, e os cursos também funcionavam para escapar da repressão.¹⁶

14 Women’s International Democratic Federation. Special Information Bulletin, No. 9, Berlin, 9/03/1954, p. 4-5.

15 Acerca da FDMC, os usos políticos da maternidade e a continuidade da atuação dessas mulheres no processo revolucionário cubano, ver Chase, 2017.

16 Women’s International Democratic Federation. Special Information Bulletin, No. 7, Berlin, 22/12/1953, p. 5.

Este é um aspecto da Guerra Fria e dos movimentos de mulheres que jamais pode ser esquecido: essas mulheres e organizações militaram em um contexto muitas vezes desfavoráveis, e o anticomunismo do período foi forjando muitas das estratégias que emergiram.¹⁷ Apresentar-se como mãe era – e é – uma maneira de rechaçar as ideias difundidas pelos países ocidentais acerca de uma suposta (i)moralidade comunista que visava a destruir as famílias e as crianças. Em 1954, por exemplo, o Comitê de Atividades Anti-Americanas da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos (HUAC, em inglês), seguiu de perto as campanhas da FDIM e suas afiliadas. No auge do *macarthismo*, quando diversos professores, professoras e intelectuais eram perseguidos internamente (Horowitz, 1988, pp. 138-152), a HUAC pressionou com êxito as Nações Unidas para que se revogasse o status consultivo da FDIM como ONG junto a ONU (Ghodsee, 2019, p. 83). Assim, não parece mera casualidade que enquanto o anticomunismo prosperava no ocidente e as relações entre os dois grandes blocos da Guerra Fria quase não existiam, as mulheres mais ou menos próximas das ideias comunistas – ou de fato comunistas – reforçassem a figura da mãe como forma de organizarem-se e de ganhar legitimidade junto ao debate público.

E foi justamente nesta arena que as mulheres da América Latina foram ganhando cada vez mais espaço. O Primeiro Congresso de mulheres da América Latina, no Rio de Janeiro, desempenhou um importante papel neste sentido. Mas por que a América Latina tinha tanto a dizer sobre a maternidade? Este aspecto da pesquisa ainda não está muito evidente, mas é possível fazer algumas suposições a partir da bibliografia para então voltar aos documentos.

Diferentemente dos Estados Unidos e da maioria dos países da Europa, a industrialização de América Latina, em termos gerais, ocorreu simultaneamente com o colapso do Estado Oligárquico nas décadas de 1910 y 1920 – às vezes precisamente por isto. Assim, quando o movimento operário irrompe e consegue garantir alguns direitos sociais, muitas mulheres, amplamente empregadas nas fábricas, especialmente nas indústrias têxteis, também conquistaram alguns direitos importantes. No Chile, por exemplo, desde 1917 existia uma lei que garantia às mães trabalhadoras dois descansos de meia hora para amamentar seu filho (Becera; Rivera, 2012, p. 78-79). Quando a OIT firmou o Convênio 003, estabelecendo o descanso pré e pós-natal de 12 semanas, muitas mulheres da América Latina o perceberam como uma oportunidade para exigir mais direitos relativos às licenças-maternidade.

Segundo Maxine Molyneux, “enquanto que em algumas partes da Europa as mulheres se esforçaram por individuar-se da família em questões de identidade e direitos”, as mulheres latino-americanas seguiram um caminho diferente:

A politização da maternidade, muitas vezes ligada a ideias de nação e nacionalismo, foram temas recorrentes na história latino-americana do século XX. No entanto, as feministas ampliaram o significado desses termos: o lar como esfera de interesse e

¹⁷ Para o caso do Brasil, ver LEÃO, 2003.

competência das mulheres foi ressignificado para abarcar as questões de vizinhança e municipal e a proteção do trabalho infantil e feminino. Por extensão, as atividades filantrópicas tornaram-se uma mediação aceitável do público e do privado para as mulheres. As “qualidades sagradas” da maternidade podiam ser empregadas a serviço da sociedade, e com as mulheres reivindicadas como “genuinamente altruístas” em oposição a um individualismo egoísta masculino, seus esforços eram vistos como auxiliares na reforma da vida pública. Embora esses argumentos também tenham sido feitos em outras partes do mundo, na América Latina a maternidade e a domesticidade foram dotadas de um significado moral e político duradouro, mesmo que seu significado variasse ao longo do tempo. (Molyneux, 2001, p. 169).¹⁸

Deborah Stienstra também enumera uma série de atributos acerca da relação desenvolvida entre mulheres latino-americanas e a maternidade que remete, a períodos anteriores ao aqui analisado. Para compreender a liderança dos países da região, Stienstra recorda o inédito organismo intergovernamental chamado Comissão Interamericana de Mulheres, criada na sexta Conferência Pan-americana, em 1928, em Havana. Esse evento foi um importante marco de luta das mulheres do subcontinente na defesa da igualdade de direitos, como é possível perceber nas palavras de Stienstra (1994, p. 70-71):

Embora nenhuma das delegações incluísse mulheres, o Partido Nacional da Mulher dos Estados Unidos enviou representantes que se reuniram com grupos de mulheres em Cuba. Essas mulheres queriam trazer à mesa um tratado de igualdade de direitos, mas não conseguiram porque não eram delegadas. Eles pressionaram os delegados, marcharam pelas ruas de Havana e soltaram 200 pombas carregando uma citação do cubano José Martí sobre justiça e igualdade de direitos para as mulheres (Comissão Interamericana de Mulheres 1973, pp. 4-5). Eles convenceram os delegados a permitir que falassem na conferência e vários dos principais líderes, incluindo Doris Stevens, do Partido Nacional das Mulheres, falaram sobre a necessidade de um tratado de igualdade de direitos. Em seguida, as delegadas aprovaram uma resolução para estabelecer a Comissão Interamericana de Mulheres com o objetivo de preparar

¹⁸ Tradução minha. No original: “The politicization of motherhood, often linked to ideas of the nation and nationalism, were recurrent themes in Latin American twentieth-century history. However, feminists extended the meaning of these terms: the home as women’s sphere of interest and competence was resignified to embrace neighborhood and municipal issues and the protection of child and female labor. By extension, philanthropic activities became an acceptable mediation of the public and private for women. The ‘sacred qualities’ of motherhood could be deployed in the service of society, and with women claimed as ‘genuinely altruistic’ in opposition to a masculine self-serving individualism, their efforts were seen as assisting in the reform of public life. While these arguments were also made in other parts of the world, in Latin America motherhood and domesticity were endowed with an enduring moral and political significance, even as what they signified varied over time.”

informações para a consideração, em sua próxima reunião, da situação política e civil da mulher.¹⁹

Mesmo a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), criada em 1922 por Bertha Lutz, iniciou suas atividades ressaltando as diferenças de gênero que proporcionava a maternidade ao invés do discurso de igualdade entre homens e mulheres que marcaria a entidade nos anos seguintes (Roth; Dubois, 2020, p. 2010). Essas estratégias garantiram algumas medidas legislativas de proteção às mulheres, como discutiremos a seguir, e não é fortuito que muitos países da região tiveram o voto feminino institucionalizado ao longo dos anos 1930, antes que a maioria dos países europeus. Dessa forma, quando a FDIM elegeu a maternidade como um tema essencial, as mulheres latino-americanas tinham o que compartilhar – tanto em termos de organização quanto de leis e debates sobre os direitos maternos. Desde então, quase todos os Boletins Informativos da FDIM tinham um informe de um ou mais países do subcontinente, e a maioria deles tinha temas relacionados com a maternidade e a defesa das crianças como sujeitos principais. Assim, as mulheres latino-americanas ganharam mais prestígio e protagonismo na Federação – a educadora brasileira Branca Fialho se tornou vice-presidenta em 1955, e a já mencionada argentina Margarita Ponce, em 1958 (De Haan, 2017, p. 44). Entre a Conferência de mulheres Latino-americanas em 1954 e um seminário organizado pela FDIM para discutir as questões relativas à maternidade, as mulheres da região parecem ter vivido uma crescente de prestígio e talvez influência, e é sobre esse período que trataremos a seguir.

A CONFERÊNCIA DE MULHERES LATINO-AMERICANAS E OS *STUDY DAYS*

O Congresso Mundial de Mães realizado pela FDIM em Lausanne, na Suíça, em 1955, pode ser considerado um ponto-chave na mudança dos discursos e maneiras de atuar da Federação. Mas ainda em 1954, a primeira Conferência de mulheres Latino-americanas realizada no Rio de Janeiro já apontava para as questões da maternidade e indicava os próximos passos para o movimento internacional.

Segundo os relatos latino-americanos, a Conferência, ocorrida entre 27 e 31 de agosto, contou 368 delegadas de nove países da região: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa

¹⁹ Tradução minha. No original: “While none of the delegations included women, the National Women's Party of the United States had sent representatives who met with women's groups in Cuba. These women wanted to bring to the table an equal rights treaty, but were unable to because they were not delegates. They lobbied delegates, marched through the streets of Havana and released 200 doves carrying a quotation from the Cuban, Jose Marti, on justice and equal rights for women (Inter-American Commission of Women 1973, pp. 4-5). They convinced delegates to allow them to speak at the conference and a number of the key leaders, including Doris Stevens of the National Women's Party, spoke on the need for an equal-rights treaty. Following this the delegates adopted a resolution to establish the Inter-American Commission on Women for the purpose of preparing information for the consideration, at its next meeting, of the political and civil status of women.”

Rica, Cuba, Equador, Uruguai e Paraguai.²⁰ O discurso de Branca Fialho, integrante do comitê executivo da Conferência, apontava para uma série de questões que ajudam a pensar as relações regionais e transnacionais entre os distintos movimentos de mulheres assim como as noções de maternidade aqui mencionadas. Fialho denunciava as diferenças de salários entre homens e mulheres, uma das clássicas bandeiras dos movimentos de mulheres desde o século XIX, mas acrescentava que em países como Bolívia e Equador a discriminação era ainda mais aguda entre as mulheres indígenas.²¹

Outras manifestações da Conferência destacavam a luta contra as armas atômicas, os custos de vida e os salários, mas sempre relacionadas às realidades locais, a maternidade e os direitos das crianças. Uma mãe argentina identificada como “trabalhadora de uma planta frigorífica”, por exemplo, além de denunciar a diferença de ordenados na fábrica, enfatizava o seguinte:

As mulheres que têm filhos em casa não pensam em outra coisa. É uma preocupação constante durante as horas de trabalho e não podemos levá-los conosco porque a fábrica não tem jardim de infância. Só tem um quarto escuro e sujo que utilizam como “creche” para os mais pequenos. É uma creche só no nome. É certo que existe uma lei, a No. 11.317, segundo a qual toda empresa que empregue mulheres deve ter uma creche e um jardim de infância, mas não cumpre. Das 100.000 empresas deste tipo que existem no país, somente 24 têm “creches” e são como a da nossa fábrica, ou seja, como nada, porque não se pode deixar uma criança o dia todo encerrada e descuidada.

Ao final a trabalhadora lembra a lei que a UMA submeteu acerca dos direitos das mães e das crianças recém-mencionada.

As outras delegações agradeceram o convite e denunciaram as condições de trabalho, e as mulheres chilenas recordara, sua participação nas greves das minas de salitre e carvão, enfatizando o carácter de classe da Conferência. Quando a delegada chilena Lia Lafayete, Deputada pelo Partido Progressista Feminino, tomou a palavra, a temática dos direitos maternos e das crianças voltou: segundo seu relato, o Comitê Nacional da União Feminina do Chile acabava de enviar um projeto de lei ao Congresso que declarava obrigatório a criação de creches e jardins de infância nas fábricas do país. Lafayete enfatizou o carácter estratégico da medida:

Em todo o país, um sentimento muito promissor está se desenvolvendo entre as mulheres trabalhadoras que atualmente precisam pagar a estranhos para cuidar de

²⁰ Esta e as próximas informações estão em Women’s International Democratic Federation. Special Information Bulletin, No. 18, Berlin, 30/10/1954, p. 2-12.

²¹ Chicharo (2022) mostrou como as mulheres cubanas na FIDM enfatizara, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras na isha.

seus filhos ou deixá-los sozinhos. Estamos lutando para que as donas de casa se juntem a nós em uma campanha pelo bairro infantil chileno, onde a nova geração poderá crescer, pensar e reformar suas ideias em um ambiente saudável, pronto para mudar este mundo de aflição e insegurança que estamos vivendo.

Nesta grande Conferência de mulheres latino-americanas, cada delegação preparou uma revisão da legislação existente em seu país. Relatamos nossas experiências, nossos problemas e nossas aspirações. Agora devemos, juntos, encontrar uma solução para nossos problemas comuns. A delegação chilena propõe que nas campanhas eleitorais seja apoiada a candidatura de todas as mulheres que se identificam com nossos programas e que trabalhem e apoiem todos os projetos de lei que beneficiem mulheres e crianças.

Propomos que, quando voltarmos aos nossos países, cada delegação continue lutando para tornar realidade os dois pontos da agenda discutidos nestes dias de amizade mútua: os direitos das mulheres e os direitos das crianças na América Latina.

Essa luta será realizada sob o lema que deve nos levar à vitória: “Unidas pelos nossos direitos como mães, trabalhadoras e cidadãs”.

Como mães, trabalhadoras e cidadãs. Assim as mulheres de América Latina se organizavam para além de suas fronteiras nacionais, enfatizando a centralidade do trabalho e utilizando a maternidade como instrumento fundamental de garantir direitos para melhor exercer sua cidadania.

Ao final da Conferência, as mulheres anunciaram quinze pontos de atuação e outros dez específicos para as crianças. O ponto número nove é importante porque ganhará muito destaque nos anos seguintes e inclusive proporcionará uma nova forma de inserção da FDIM nas instituições internacionais: “Criação de editorias especializadas na boa literatura infantil, com alto nível educativo, que impulse o desenvolvimento da cultura nacional; proibição de ‘comics’ de gansters”. A iniciativa encontrará muito boa acolhida na UNESCO a partir de 1957, como veremos adiante.

Assim, quando a FDIM anunciou o Congresso Mundial de Mães, em Lausanne, a iniciativa foi prontamente celebrada pelas diversas organizações de mulheres latino-americanas. Desde janeiro de 1955, a UMA anunciava comitês, propaganda e “trabalhos especiais” com mulheres camponesas, operárias e donas de casa sobre o Congresso.²² Em Lausanne, Fanny Edelman enfatizou a relação entre direitos reprodutivos e defesa da paz, em mais um exemplo de como a maternidade poderia ser mobilizada politicamente nos marcos da Guerra Fria (Gradska, 2020, p. 181). Como principal resultado do Congresso, a FDIM lançou uma “Declaração de Mães em defesa de seus filhos contra a guerra”.

Depois do Congresso, as mulheres do subcontinente seguiram relatando suas atividades com entusiasmo. Em outubro do mesmo ano, as mulheres cubanas escreveram um vasto relato sobre suas iniciativas relacionadas à literatura infantil: a Faculdade de Medicina, a

²² Women’s International Democratic Federation. Special Information Bulletin, No. 21, Berlin, 19/01/1955, p. 2.

Liga Cubana pela Higiene Mental, o Colégio de Enfermeiras, juizes, jornalistas e até a Comissão de Censura de Rádio se encontraram em Havana para “realizar uma campanha por uma melhor literatura infantil, e por melhores programas de rádio, cinema e televisão”.²³ É importante recordar que as cubanas relatavam que não eram permitidas reuniões com mais de dez pessoas sob a ditadura de Fulgêncio Baptista, e iniciativas como esta permitiam que elas organizassem suas atividades.

Pouco tempo depois foram as mulheres argentinas que relataram iniciativas similares. Em 1956 ocorreu o Segundo Congresso Social de Médicos e Pedagogos, onde se discutiu a influência da literatura na constituição da personalidade e comportamento da criança, assim como a criação de um movimento para banir a literatura infantil cujas temáticas tratassem de guerra, racismo e outras formas de discriminação.²⁴

Entre 1956 e 1957 muitos países do subcontinente relataram iniciativas muito similares. Enquanto Chile e Colômbia apontavam os males que livros prejudiciais poderiam causar no desenvolvimento da criança, o Uruguai anunciava a criação do Comitê Coordenado contra Material de Leitura Prejudicial – com participação da União Nacional de Educadores, Ação Católica, Associação de Defesa das Famílias Cristãs, União de mulheres Uruguaias (UMU) e “personalidades reconhecidas” para “ampliar o trabalho contra as influências nocivas de leituras que exalta, o crime, a sensualidade, violência e guerra”.²⁵ Esse Comitê inclusive organizou uma exibição dos materiais pensados como “influencia nociva” em Montevideú. A questão acerca das más influências de filmes, rádio e livros pode parecer um conservadorismo moral das mulheres progressistas e, portanto, uma contradição, mas era uma ideia tão popular na época que, em 1957, a UNESCO criou um Centro Internacional de Filmes para Crianças, e convidou a FDIM para participar, assim como a outras organizações internacionais de mulheres.²⁶

É esse o caldo de cultura e de debates que levou a FDIM a organizar, em 1957, um seminário chamado *Study Days*²⁷ acerca da maternidade e da defesa das crianças, em Potsdam. As mulheres latino-americanas ganharam um grande protagonismo nos debates e resoluções, e seus respectivos países são sempre tomados como exemplo de, no mínimo, legislação – quase no mesmo nível que os países das democracias populares, que sempre eram citados como os melhores exemplos de legislação sobre os direitos das mulheres.

Os debates começaram com as convenções internacionais e legislações nacionais da proteção à maternidade. Em um primeiro momento, o seminário reconheceu que muitos países já tinham leis em seus códigos laborais ou de seguridade social, mas nem sempre

²³ Women’s International Democratic Federation, Information Bulletin. N. 4, Berlin, 19/03/1956, p. 3.

²⁴ Women’s International Democratic Federation, Information Bulletin. N. 9, Berlin, 15/10/1956, p. 6.

²⁵ Women’s International Democratic Federation, Information Bulletin. N. 3, 1/02/1957, p. 12.

²⁶ Women’s International Democratic Federation, Information Bulletin. N. 3, 1/02/1957, p. 13.

²⁷ O seminário se chamava *Study Days on Protection of Motherhood as Right of Women and a Responsibility of Society*” (Dias de Estudos acerca da Proteção da Maternidade como um Direito das mulheres e responsabilidade da Sociedade”), referido sempre na documentação como *Study Days*. Ainda que tenha sido organizado pela FDIM, mulheres e organizações de diversos países e ideologias foram convidadas.

eram aplicados em sua totalidade. Até então, segundo a FDIM, 53 países tinham algum tipo de lei neste sentido, e entre eles, 17 estavam na América Latina.²⁸

Apesar de ter perdido seu status consultivo na ONU, a FDIM e suas afiliadas seguiram mirando muitas de suas ideias e resoluções como modelos importantes. A Convenção 103 acerca da proteção da Maternidade de 1952, e a Recomendação N. 95, de 1919, ambas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foram pensadas como base legal para os países. A FDIM considerava a Recomendação N. 95 um importante ponto de partida, mas lamentava que apenas doze países eram signatários – sendo sete da América Latina.: Argentina (1933), Brasil (1934), Bulgária (1922), Chile (1925), Colômbia (1933), Cuba (1928), Espanha (1923), França (1950), Grécia (1920), Uruguai (1933), Venezuela (1944) y Iugoslávia (1927).

Os debates acerca da licença-maternidade mantiveram um protagonismo latino-americano. Talvez este seja o ponto que mais mudava entre países, dado que o tempo total, as semanas anteriores ao parto e as semanas depois do parto poderiam ser muito distintos. Uma vez mais, a FDIM tomava a Convenção 103 como base, ao mesmo tempo que listava todos os países com algum tipo de licença. Alguns garantiram somente uma licença depois do parto – a maioria na Ásia, na América Latina somente El Salvador –, mas havia um grande número de países com licença antes e depois do nascimento da criança: outra vez, os países do leste europeu e de América Latina se destacavam:

Albânia (seis semanas antes e seis semanas depois – Código do Trabalho de 1947), Argentina (trinta dias antes e quarenta e cinco dias depois – Código do Trabalho de 1943), Bulgária (trinta dias antes e sessenta dias depois – Código do Trabalho de 1951), Brasil (seis semanas antes e seis semanas depois – Estatuto de 1943), Costa Rica (trinta dias antes e trinta dias depois – Código do Trabalho de 1943), Romênia (112 dias ao todo, cinquenta e dois dias antes e sessenta dias depois), Cuba (seis semanas antes e seis semanas depois – Estatuto N. 781 de 1934), México (oito dias antes e um mês depois – Código do Trabalho de 1931), Panamá (seis semanas antes e quarenta dias depois – Lei de 1918), Peru (vinte dias antes e quarenta dias depois – Lei de 1918), Polônia (doze semanas, pelo menos duas antes – Lei de 1951), Suécia (seis semanas antes e seis semanas depois – Lei de 1939), Hungria (doze semanas em todos), República Democrática Alemã (cinco semanas antes e seis semanas depois – Lei para Maternidade e Bem-Estar Infantil de 1950), Equador (três semanas antes e três semanas depois 0 Código do Trabalho de 1938), Itália (três meses antes e oito semanas depois para trabalhadores industriais, semanas antes e oito semanas

²⁸ Os países: Albânia, as duas Alemanhas, Egito, Argentina, Áustria, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Bulgária, Canadá, Ceilão, Colômbia, Chile, China, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, República Dominicana, Equador, Finlândia, França, Grécia, Grã-Bretanha, Guatemala, Espanha, Haiti, Hungria, Índia, Iraque, Irã, Irlanda, Israel, Islândia, Itália, Japão, Paquistão, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Romênia, El Salvador, Suécia, Suíça, Tchecoslováquia, Turquia, URSS, União Sul-africana (somente para europeus), Uruguai, Venezuela, EUA, (Rhode Island, Connecticut, Massachusetts, Missouri, New York, Puerto Rico, Vermont, Washington). Women's International Democratic Federation, Information Bulletin. N. 9, 10/06/1957, p. 5.

Ghilerme Machado Nunes: "América Latina e a Federação Democrática internacional de Mulheres: o maternalismo político como estratégia na Guerra Fria (1945-1957)" *Antagónica. Revista de investigación y crítica social*, no. 6, 2022, pp. 69-89.

depois para trabalhadores agrícolas – Lei N. 860 de 1950), República Federal Alemã (seis semanas antes e seis semanas depois – lei para a proteção da mãe trabalhadora 1952), URSS (cinquenta e seis dias antes e cinquenta e seis dias depois – emenda adotada pelo Presidium do Soviete Supremo de 26 de março de 1956 estendendo esta medida), China (cinquenta e seis dias antes e cinquenta e seis dias – Labor Insurance Regulations 1951, alterado em 1953).²⁹

Oito entre dezenove, quase metade dos exemplos vinha do subcontinente latino-americano. Por último, o grupo tratou da questão dos ordenados enquanto a mãe estivesse em licença. Apenas Brasil, Bulgária, China, Colômbia, Hungria, Iraque, Irã, México, Polônia, República Dominicana, República Democrática Alemã, República Federal Alemã, URSS e Iugoslávia garantiam 100% do salário, enquanto Bolívia, Chile, Egito, Haiti, Luxemburgo, Paraguai, El Salvador, Turquia e Uruguai garantiam 50%. No Equador as mulheres tinham 75% dos seus ordenados.³⁰

Encerrados os *Study Days*, a FDIM se preparava para seu quarto Congresso em 1958, em Viena, que contaria com uma importante participação latino-americana (delegações de 12 países), que seria ainda maior no Congresso de 1963 (delegações de 24 países). Além de consolidar-se na FDIM, também a Federação parece haver se consolidado no subcontinente: depois da Conferência de 1954, a região teve outras nove conferências regionais entre 1959 e 1979 (De Haan, 2017, p. 44).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Federação Democrática Internacional de Mulheres é um tema cada vez mais estudado por pesquisadores e – especialmente – pesquisadoras. Não é novidade pensar a Federação como uma organização capaz de atrair muitas mulheres de todo o mundo (quase sempre de esquerda, mas não só), servindo como ponte para que pessoas e ideias circulassem pelo mundo, e no caso latino-americano não foi diferente. Em um contexto de Guerra Fria, ilegalidade de muitos Partidos Comunistas e, muitas vezes, ditaduras, a FDIM proporcionou espaços – físicos ou impressos – para que as mulheres da região se organizassem, denunciassem injustiças de seus respectivos países e lhes permitiu conhecer a realidade de suas correligionárias.

Até agora, me parece que a questão da maternidade ainda é pouco explorada para pensar a crescente participação do subcontinente na FDIM ao longo dos anos 1950, e espero que esta pesquisa – ainda no início – possa contribuir para pensar a temática. Me parece que os projetos e desejos de modernidade engendrados pela crise do Estado oligárquico no início do século XX aliados a uma série de movimentos reformistas ou revolucionários – com participação ou protagonismo feminino – foi um terreno fértil para que a região adotasse medidas e acordos internacionais de proteção à maternidade, o que fez com que as

²⁹ Women's International Democratic Federation, Information Bulletin. N. 9, 10/06/1957, p. 8-9.

³⁰ *Ibidem*, p. 9.

mulheres latino-americanas tivessem muito a dizer sobre o assunto durante o período estudado. Se Jadwiga Mooney apontou que a Maternidade Militante fez usos do maternal para “justificar ações mais além da esfera doméstica” (2007, p. 975), o caso dos discursos, congressos e seminários da FDIM acerca do tema proporcionaram uma atuação para mais além das fronteiras nacionais, e as mulheres latino-americanas desempenharam um papel importante na constituição desta rede transnacional de mulheres militantes.

BIBLIOGRAFÍA

Alves, I. "Para o Coração, sim. Mas também para o espírito": Momento Feminino e o debate feminista no Brasil Republicano (1947-1956). *Revista História*, 181, 1-33. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/181667>

_____. (2019). Mulheres, PCB e Feminismos: Disputas e tensões (1930-1937). *Esboços*, 25, 435-452. Recuperado <https://www.redalyc.org/journal/5940/594067196011/html/>

Becera, L.; Rivera, E. (2012). Protección a la maternidad: una historia de tensiones entre los derechos de infancia y los derechos de las trabajadoras. *Revista de Derecho*, 25 (1), 77-101. Recuperado de https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-09502012000100004

Bonfiglioli, C. (2016). The First UN World Conference on Women (1975) as a Cold War Encounter: Recovering Anti-Imperialist, Non-Aligned and Socialist Genealogies. *Filozofija i Društvo*, 27 (3), 521-541. Recuperado de <https://journal.institfdt.bg.ac.rs/index.php/fid/article/view/396>

Chase, M. (2017). La Federación Democrática de mujeres Cubanas: de la República a la Revolución. En A. Valorba; M. Yusta, (comps.), *Queridas Camaradas: historias iberoamericanas de mujeres comunistas* (pp. 193-214). Buenos Aires: Miño y Dávila.

Chicharo, M. Radicalizing Feminism: The Mexican and Cuban Associations within the Women's International Democratic Federation in the Early Cold War. *International Review of Social History*, 67, 2022, pp. 75-102. Recuperado de <https://www.cambridge.org/core/journals/international-review-of-social-history/article/abs/radicalizing-feminism-the-mexican-and-cuban-associations-within-the-womens-international-democratic-federation-in-the-early-cold-war/A763F759DC423140B02EF85222CFD712>

Cordeiro, J. (2017). Direitas e organização do consenso sob a ditadura no Brasil: o caso da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde). *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. 1, p. 1-19.

Ghilerme Machado Nunes: “América Latina e a Federação Democrática internacional de Mulheres: o maternalismo político como estratégia na Guerra Fria (1945-1957)” *Antagónica. Revista de investigación y crítica social*, no. 6, 2022, pp. 69-89.

De Haan, F. (2010). Continuing Cold War Paradigms in Western Historiography of Transnational Women's Organisations: The Case of the Women's International Democratic Federation (WIDF). *Women's History Review*, 19 (4), 547-573. Recuperado de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09612025.2010.502399?journalCode=rwhr20>

_____. (2012). The Women's International Democratic Federation (WIDF): History, Main Agenda, and Contributions, 1945-1991. *Women and Social Movements (WASI)*, 1-21. Recuperado de <http://alexanderstreet.com/products/women-and-social-movements-international>

_____. (2017). La Federação Democrática Internacional de mulheres (FDIM) y América Latina, de 1945 a los años setenta. En A. Valorba; M. Yusta, (comps.). *Queridas Camaradas: historias iberoamericanas de mulheres comunistas* (pp. 17-44). Buenos Aires: Miño y Dávila.

Donert, C. (2013). Women's Rights in Cold War Europe: Disentangling Feminist Histories. *Past and Present*, 8, 178-202. Recuperado de https://academic.oup.com/past/article-abstract/218/suppl_8/180/1438400

Field, T.; Krepp, S.; Pettinà, V. (Orgs.). (2020). *Latin America and the Global Cold War*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Ghodsee, K. (2019). *Second World, Second Sex: Socialism Women's Activism and Global Solidarity during the Cold War*. Durham: Duke University Press.

Gradskova, Y. (2019). Women's international Democratic Federation, the "Third World" and the Global Cold War from the late-1950s to the mid-1960s. *Women's History Review*, 29 (2), 270-288. Recuperado de <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09612025.2019.1652440>

_____. (2020). The cold war and the Women's International Democratic Federation: defending women's rights and inspiring women with achievements of the state socialism? *Studia Imaterialy*, 2 172-185.

Horowitz, D. (1988) *Betty Friedan and the making of the Feminine Mystique: The American Left, the Cold War and Modern Feminism*. Amherst: University of Massachusetts Press.

Iriye, A. (2004). Transnational History. *Contemporary European History*, 13 (2), 211-222.

Kepfer, A. (2017) Las primeras comunistas en Guatemala. De las dictaduras a la Revolución (1923-1954). En A. Valorba; M. Yusta, (comps.). *Queridas Camaradas*:

Ghilerme Machado Nunes: "América Latina e a Federação Democrática internacional de Mulheres: o maternalismo político como estratégia na Guerra Fria (1945-1957" *Antagónica. Revista de investigación y crítica social*, no. 6, 2022, pp. 69-89.

historias iberoamericanas de mulheres comunistas (pp. 173-192). Buenos Aires: Miño y Dávila.

Lavrin, A. (2005) *mulheres, Feminismo y Cambio Social en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940*. Centro de Investigaciones Diego Barros Arana.

Leão, V. (2003) *Mulheres e o imaginário comunista (uma nova história; uma história nova) 1945-1956*. (Tesis de Maestría). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Manzano, V. (2014). Sex, Gender and the Making of the ‘Enemy Within’ in Cold War Argentina. *Journal of Latin American studies*, 47, pp. 1-29

Molony, B; Nelson, J. (comps.) (2017). *Women’s Activism and “Second Wave” feminism*. Bloomsbury.

Molyneux, M. (2001). Gender and Citizenship in Latin America: Historical and Contemporary Issues, En M. Molyneux. *Women’s Movements in International Perspective: Latin America and Beyond* (pp. 163-202). New York: Palgrave Macmillan.

Mooney, J. (2007). Militant Motherhood Re-Visited: Women’s Participation and Political Power in Argentina and Chile. *History Compass*, 5 (3), 975–994. Recuperado de <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1478-0542.2007.00435.x>

_____. (2013). El antifascismo como fuerza movilizadora: Fanny Edelman y la Federação Democrática Internacional de mulheres (FDIM). *Anuario IEHS*, 28, 207-226.

Roth, C.; Dubois, E. (2020). Feminism, Frogs and Fascism: The Transnational Activism of Brazil’s Bertha Lutz. *Gender & History*, 32 (1), pp. 208-226. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-0424.12461>

Stienstra, D. (1994). *Women’s Movement and International Organizations*. New York: Palgrave Macmillan.

Solano, V. (2017). mulheres comunistas en México. Desigualdad social y lucha política, 1935-1955. En A. Valorba; M. Yusta, (Orgs.). *Queridas Camaradas: historias iberoamericanas de mulheres comunistas* (pp. 153-172). Buenos Aires: Miño y Dávila.

Valobra, A. (2005) Partidos, tradiciones y estrategias de movilización social: De la Junta de la Victoria a la Unión de mulheres de la Argentina. *Prohistoria*, 9, 67-82, Recuperado de http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7389/pr.7389.pdf

Ghilerme Machado Nunes: “América Latina e a Federação Democrática internacional de Mulheres: o maternalismo político como estratégia na Guerra Fria (1945-1957)” *Antagónica. Revista de investigación y crítica social*, no. 6, 2022, pp. 69-89.

_____. (2017) Las comunistas argentinas durante la política de frentes y la guerra fría, 1935-1967. In A. Valorba; M. Yusta, (Orgs.). *Queridas Camaradas: historias iberoamericanas de mulheres comunistas* (pp. 71-90). Buenos Aires: Miño y Dávila.

Women's International Democratic Federation. Special Information Bulletin. (Special Information Bulletin, 1953-1957.